

# O DESENVOLVIMENTO DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NO MEIO ESCOLAR

*THE DEVELOPMENT OF HIGH ABILITIES/GIFTEDNESS IN THE SCHOOL ENVIRONMENT*

*EL DESARROLLO DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTACIÓN EN EL AMBIENTE ESCOLAR*

Juliana de Resende Costa Chaves<sup>1</sup>

## Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar como ocorre o desenvolvimento de altas habilidades (AH)/superdotação (SD) no meio escolar, bem como seus aspectos biopsicossociais. Investigou-se, assim, como as escolas lidam com as necessidades essenciais de alunos com altas habilidades/superdotação, para que atinjam seus potenciais. Estudos internacionais estimam que cerca de 10% da população possui AH/SD; entretanto, há inúmeras dificuldades para identificar alunos com estas características, por vezes, devido à disseminação de mitos sobre a condição. Destarte, o objetivo central deste estudo é dar visibilidade ao tema, por intermédio de um levantamento bibliográfico, embasado em autores como Branco *et al.* (2017), Neto *et al.* (2005) e Rangni e Da Costa (2011). Os resultados indicaram a premência de uma formação efetiva dos docentes, com vistas à melhoria do processo de ensino/aprendizagem destes sujeitos.

**Palavras-chave:** altas habilidades/superdotação; educação especial; inclusão escolar.

## Abstract

This article aims to analyze how the development of high abilities/giftedness in the school environment occurs, as well as its biopsychosocial aspects. Hence, it was investigated how schools deal with the essential needs of such students to reach their potentials. International studies estimate that about 10% of the population has high abilities/giftedness; however, there are numerous difficulties in identifying students with these characteristics, sometimes due to the spread of myths about the condition. Thus, the central objective of this study is to give visibility to the theme, through a bibliographic survey, based on authors such as Branco *et al.* (2017), Neto *et al.* (2005), and Rangni and Da Costa (2011). The results indicated the urgent need for effective teacher training, with a view to improving the teaching/learning process of these subjects.

**Keywords:** high abilities/giftedness; special education; school inclusion.

## Resumen

El presente artículo tiene el objetivo de analizar cómo se produce el desarrollo de altas habilidades (AH)/superdotación (SD) en ambiente escolar, así como sus aspectos psicosociales. Se estudió, por lo tanto, la forma como las escuelas trabajan con las necesidades esenciales de alumnos con altas habilidades/superdotación, para que logren sus potenciales. Estudios internacionales estiman que cerca de 10% de la población tiene AH/SD; sin embargo, hay mucha dificultad para identificar a los alumnos con esas características, muchas veces por la difusión de mitos sobre esa condición. Por ello, el objetivo central de este estudio es darle visibilidad al tema, por medio de una revisión bibliográfica, apoyada en autores como Branco *et al.* (2017), Neto *et al.* (2005) y Rangni y Da Costa (2011). Los resultados indican la urgencia de una formación efectiva de los docentes, con el fin de mejorar el proceso de enseñanza-aprendizaje de esos sujetos.

**Palabras-clave:** altas habilidades/superdotación; educación especial; inclusión escolar.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do bacharelado em psicopedagogia no Centro Universitário Internacional UNINTER. E-mail: [jujrc@hotmail.com](mailto:jujrc@hotmail.com).

## 1 Introdução

Ao considerar os aspectos biopsicossociais dos indivíduos com altas habilidades (AH)/superdotação(SD), evidencia-se a importância de detectar tais características quando crianças ou adolescentes, de modo a estimular o desenvolvimento e potencialidades. Em vista disso, o local mais adequado para este propósito é o ambiente escolar; entretanto, a falta de capacitação e de conhecimento dos profissionais dessa área para identificar os alunos portadores de AH/SD reflete no baixo desempenho escolar deles. Consequentemente, a impossibilidade de maximizar suas habilidades a favor da sociedade pode desencadear desinteresse acadêmico, constrangimento e hostilização.

Institui-se, então, a necessidade de analisar as altas habilidades/superdotação e, no contexto educacional, refletir sobre a aprendizagem desses indivíduos, evidenciando a importância de um ensino que estimule seus potenciais e esclareça os possíveis mitos sobre o tema.

Nesse sentido, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de modo a destacar os principais pontos sobre o tema, a saber: história, principais teorias e conceitos, e possíveis abordagens alternativas.

Embora o interesse pelo tema das altas habilidades/superdotação tem crescido na atualidade, o fenômeno é pouco conhecido na área docente. Com o avanço das políticas públicas, estes indivíduos passaram a serem reconhecidos, de acordo com Branco *et al.* (2017, p. 38), como integrantes dos grupos enquadrados na Educação Especial, fazendo “[...] parte de um rol de minorias que necessitam de uma reorganização do ensino, considerando suas especificidades, para que sua escolarização seja adequada e que seu desenvolvimento seja global e pleno”.

Com o intuito atingir os objetivos e uma melhor compreensão sobre o conteúdo, o assunto foi dividido em tópicos e subtópicos, sendo estes: metodologia; a relação entre a inteligência, as altas habilidades/superdotação e seus aspectos biopsicossociais; a abordagem histórica acerca da inteligência e da sua mensuração; o desenvolvimento do sujeito com altas habilidades/superdotação; aspectos biopsicossociais nas altas habilidades/superdotação e a identificação do sujeito; a escola e o desenvolvimento do sujeito com altas habilidades/superdotação; e, por fim, as considerações finais.

## 2 Metodologia

O presente artigo possui caráter bibliográfico e abordagem qualitativa. Realizaram-se buscas em livros, sites acadêmicos — como Scielo e Pepsic — e em revistas eletrônicas, como Revista Educação em Debate e a Revista Científica Facmais. Destacam-se autores como Branco *et al.* (2017), Neto *et al.* (2005), Rangni e Da Costa (2011) e Virgolim (2019). Com o objetivo de aprofundar o tema, buscaram-se, também, outras fontes de pesquisa, como materiais atuais e dados de agências governamentais (MEC, por exemplo), de modo a contribuir para a sua validação.

A pesquisa bibliográfica consiste em um levantamento teórico das fontes disponíveis; de acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 61), essa abordagem:

[...] constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema.”; abrangendo a junção do arcabouço bibliográfico existente sobre este. Sendo esta enquadrada dentre os métodos científicos, os quais podem ser definidos, segundo Praça (2015, p. 3), “(...) como um conjunto de etapas e instrumento pelo qual o pesquisador científico, direciona seu projeto de trabalho com critérios de caráter científico para alcançar dados que suportam ou não sua teoria inicial.

Ao se delimitar o tema, foram considerados cerca de 35 artigos; após a seleção e leitura do material, foram realizadas anotações e fichamentos acerca dos conteúdos mais relevantes. Posteriormente, doze (12) estudos foram utilizados no decorrer do trabalho, com o intuito de responder à questão do preparo da escola e dos docentes no desenvolvimento dos alunos com essa característica.

### **3 A relação entre a inteligência, as altas habilidades/superdotação e seus aspectos biopsicossociais**

O conceito de inteligência humana se inclui em um campo mais amplo, o qual considera, simultaneamente, a dimensão psicológica e a personalidade, que são subdivididas em três diferentes dimensões:

1) dimensão afetiva, a afetividade – que envolve as emoções, os sentimentos e as sensações; 2) dimensão volitiva, a volição – que é constituída pela vontade, o desejo e o prazer; e 3) dimensão cognitiva, a cognição – que é o ato ou processo de conhecer, que envolve as capacidades de atenção, concentração, imaginação, juízo moral (julgamento), memória, pensamento e linguagem, além das diversificadas formas de raciocínios e percepção, e os diversos tipos de inteligência (SOBRAL, 2013, p. 3).

Nesse sentido, a inteligência se encontra na dimensão psicológica cognitiva, com as capacidades de raciocínio, percepção e memória, essenciais aos diversos tipos de aprendizagem humana; ou seja, é um conceito de aspecto amplo que causa discordâncias entre os estudiosos.

Entretanto, Sobral (2013, p. 4) define o conceito de maneira genérica, “[...] como sendo a capacidade humana de enfrentar as situações novas, a fim de resolver problemas e, de igual forma, utilizar conceitos concretos e abstratos”; desta maneira, é imprescindível considerar a influência da personalidade sobre a inteligência, que se reflete em fatores como temperamento, hereditariedade e caráter, preponderantes no ambiente social.

Pode-se verificar um maior grau de inteligência em determinados indivíduos, os quais possuem potencial para as altas habilidades/superdotação, que consiste na:

[...] elevada potencialidade de aptidões, talentos e habilidades, evidenciada no alto desempenho nas diversas áreas de atividade do educando e/ou a ser evidenciada no desenvolvimento da criança. Contudo, é preciso que haja constância de tais aptidões ao longo do tempo, além de expressivo nível de desempenho na área de superdotação (BRASIL, 2006, p. 14).

Nesses casos, observa-se uma habilidade precoce em crianças e adolescentes, o que demanda um processo específico para que possam desenvolver todos os seus potenciais; neste âmbito, consideram-se os aspectos biopsicossociais, que abrangem as variantes biológicas, psicológicas e sociais da pessoa. Caso tais necessidades não sejam atendidas, os indivíduos podem se frustrar e apresentar mudanças comportamentais, como desinteresse, indiferença e agressividade; por conseguinte, esse quadro se refletirá no desempenho escolar, causando, de acordo com Neto *et al.* (2005), frustração, tédio e retração diante das atividades e vivências proporcionadas pelo ambiente.

### 3.1 Abordagem histórica acerca das teorias da inteligência e da sua mensuração

A inteligência é algo inato ao ser humano, o que justifica o interesse dos estudiosos por esta temática. A questão de como o cérebro e a mente funcionam é abordada em um estudo datado de 1700 a.C.; segundo Castro e Landeira-Fernandez (2010), este trabalho pode ser ainda mais antigo, pois muitos acreditam que se trata de uma cópia, em que o original teria sido criado por volta de 3000-2500 a.C. No âmbito da Psicologia, segundo Roazzi e Souza (2002), o tema é estudado há mais de um século.

Todo o conteúdo abarcado neste período influenciou os estudos precursores sobre o entendimento acerca da inteligência e sua mensuração. Apesar de vários testes e teorias sobre o tema terem sido refutados, é inegável a contribuição de tais trabalhos para a história e a construção dos parâmetros atuais.

Este campo de estudo começou a evoluir expressivamente no período da Renascença, estimulado pelo fato de alguns indivíduos possuírem faculdades intelectuais altamente

desenvolvidas; buscou-se, então, uma forma de identificar e mensurar o comportamento inteligente, visando distinguir indivíduos com habilidades superiores.

Dessa forma, surgem os pioneiros nas tentativas de mensuração da inteligência através de testes psicofísicos, como Galton e Binet. Francis Galton (1822-1911) destacou-se nos estudos sobre a inteligência ao questionar o grau de disparidade entre os indivíduos e, sob influência da teoria de evolução de Darwin, relacionava a capacidade intelectual com a hereditariedade. Segundo Virgolim (2019), Galton acreditava que essa capacidade era herdada pela consanguinidade, como no caso dos aspectos físicos. Este cientista criou testes sensoriais na tentativa de mensurar a inteligência, com o intuito de estimular seu desenvolvimento na humanidade. Para tal, Galton realizou a seleção de casais que ele acreditava destacar neste âmbito; de acordo com a autora supracitada, com esse procedimento, nasce a perspectiva eugênica que, há muito tempo, é considerada uma abordagem antiética por julgar, a partir de seus ideais, a aptidão das pessoas para a reprodução.

De acordo com Virgolim (2019, p. 34), os testes sensoriais de Galton foram criados sob a perspectiva “[...] de que pessoas mais inteligentes teriam sentidos mais aguçados”; desta maneira, eram avaliadas a audição, a visão, a qualidade da respiração, a velocidade do sopro, a estatura, o peso, alcance do braço, percepção das cores, entre outros fatores. A partir de 1884, estes testes podiam ser realizados livremente, mediante pagamento na Feira Internacional de Saúde, em Londres.

Atualmente, sabe-se que testes sensoriais não possuem relação com a capacidade intelectual. Desde a época de Galton, estudiosos como Alfred Binet (1857-1911) acreditavam que a avaliação da inteligência era um processo mais complexo, envolvendo habilidades como memória, raciocínio, imaginação, compreensão e julgamento.

Devido aos avanços de Binet, surge a oportunidade de testar sua teoria em conjunto com seu aluno Theodore Simon que, de acordo com Scheffer (1962, p. 15), tinha o objetivo de descobrir “[...] as causas do retardamento escolar dos alunos das escolas francesas”. Para tanto, utilizaram o método psicológico, através de testes simples e que possuíam variação nos níveis de dificuldade, aplicados a crianças de três a onze anos; posteriormente, esse conjunto de testes foi nomeado *Teste Binet-Simon*. Virgolim (2019, p. 39) argumenta que uma vez que os resultados do teste tinham como base a idade mental — em detrimento da idade cronológica — o psicólogo alemão Stern advogou “[...] o uso do termo quociente mental, no qual a idade mental da criança seria dividida por sua idade cronológica e multiplicada por 100”. Por conseguinte, esse termo originou a aferição do Quociente de Inteligência (QI), utilizado até os dias atuais.

É importante, também, ressaltar o papel do psicólogo Lewis Terman com relação aos testes de mensuração de inteligência, pois, ao tomar conhecimento do objetivo atingido com o teste Binet-Simon, ele o revisou, aperfeiçoou e adaptou à realidade da nação americana. Desta maneira, segundo Virgolim (2019, p. 41), Terman desenvolveu uma “(...) forma científica e objetiva de identificar e categorizar a inteligência”; a escala foi nomeada *Stanford-Binet*, uma vez que Terman era professor na Universidade Stanford. Posteriormente, esse teste se tornou muito utilizado para a seleção de recrutas do exército dos Estados Unidos, durante a Primeira Guerra Mundial.

Nesse âmbito, os testes de inteligência foram ganhando cada vez mais espaço, o que, com o tempo, acarretou um processo de banalização do procedimento; entretanto, também levou os estudiosos a questionarem se a inteligência acadêmica, relacionada ao grau do QI, seria o único tipo existente.

Com o aumento do interesse sobre o tema da inteligência, novas teorias foram desenvolvidas, assim como novos testes para a sua mensuração. A partir da década de 1940, com a colaboração da psicometria, área da Psicologia fundamentada pela análise fatorial, as pesquisas apresentaram grande expansão.

Entre as pesquisas amparadas pela psicometria, destaca-se a Teoria CHC, proposta por McGrew e Flanagan em 1998, que combina as teorias de três psicólogos — Cattell, Horn e Carroll. Conforme Primi (2003), Cattell criou a Teoria Gf-Gc, em que se observava a inteligência como fluida e cristalizada. Horn, um de seus estudantes, deu seguimento ao seu trabalho e aperfeiçoou sua teoria; já Carroll, após a análise dos conteúdos sobre a inteligência desenvolvidos nos últimos 60 anos e aplicar a estes as análises fatoriais mais recentes, desenvolveu a Teoria dos Três Estratos. Este trabalho foi publicado em 1993, em seu livro *Human Cognitive Abilities: a survey of factor analytic studies*; de acordo com o autor, “este modelo consiste numa visão multidimensional com dez fatores ligados a áreas amplas do funcionamento cognitivo.” (PRIMI, 2003, p. 70). Esta abordagem objetiva reconhecer e analisar as diferentes capacidades da inteligência como um fenômeno complexo e multidimensional, que se liga ao raciocínio, linguagem, memória, percepção visual e recepção auditiva, velocidade cognitiva, produção de ideias, conhecimento e produtividade acadêmica.

Neste sentido, foram surgindo modelos teóricos e testes com visões mais plurais das capacidades do ser humano, que abriram espaços para além da valorização dos conhecimentos acadêmicos. Nesta nova abordagem, consideram-se a influência da hereditariedade, resultados psicométricos, traços de personalidade, criatividade, motivação, liderança, talento artístico e, também, as diferentes culturas, linguagens e níveis socioeconômicos. Uma abordagem que

ilustra esta perspectiva é a Teoria das Inteligências Múltiplas, de Howard Gardner, que se contrapõe ao conceito de QI e da inteligência ser uma habilidade exclusivamente acadêmica.

Assim, Gardner desconstruiu a ideia de inteligência como uma faculdade única que diferencia os indivíduos (...) e propôs um conceito com base em um potencial biopsicológico que ajuda o indivíduo a processar conhecimentos que podem ser ativados em um cenário cultural para solucionar problemas ou criar produtos que sejam tidos como relevantes para uma determinada sociedade. (ALVES, 2002 apud ALMEIDA *et al.*, 2017, p. 91)

Virgolim (2019) argumenta que este teórico propôs sete tipos de inteligência, aos quais, posteriormente, foram acrescentadas mais duas, totalizando nove tipos de inteligência: 1) Lógico-Matemática: engloba a aptidão com os números, presente no raciocínio lógico, na física e nas tecnologias da informação e com a Inteligência Linguística forma a base dos testes de QI; 2) Linguística: envolve a aptidão na produção de materiais orais e escritos, evidenciada em escritores; 3) Corporal Cinestésica: capacidade de utilizar o corpo ou parte dele para desempenhar atividades ou resolver problemas, como, por exemplo, os dançarinos, os atletas e cirurgiões; 4) Musical: inteligência relacionada ao som, sensibilidade ao ritmo, textura e timbre, possibilitando ao indivíduo criar e dar sentido a estes elementos sonoros; 5) Espacial: capacidade de compreender mapas, gráficos e constituir configurações espaciais, habilidade valorizada nas áreas de engenharia, mecânica e navegação; 6) Interpessoal: voltada para a capacidade de reconhecer sentimentos, motivações, desejos e intenções próprios e das outras pessoas, mesmo quando não expressados, pode ser encontrada em líderes religiosos, professores, políticos, terapeutas, pais e, em relação às crianças com essa inteligência, nota-se a sensibilidade aos sentimentos e necessidades dos outros, sendo muito observada em crianças superdotadas; 7) Intrapessoal: engloba a compreensão de si mesmo e de suas emoções, utilizando desse entendimento para coordenar seu comportamento; 8) Naturalista: ligada à capacidade de identificar, facilmente, os padrões encontrados na natureza, como tipos de plantas e de animais; 9) Existencialista: ainda está sob verificação; trata-se da habilidade de se envolver em questões espirituais, que englobam temas como a vida, morte, amor, estados de consciência, entre outros.

Segundo Almeida *et al.* (2017), Gardner acreditava que um indivíduo poderia ter diversos tipos de inteligência, distribuídas em diferentes níveis. Com a estimulação adequada, seria possível valorizar as diferenças e respeitar a individualidade, o que torna essa teoria uma importante ferramenta no ensino regular e na educação inclusiva, na medida em que reconhece que a aprendizagem não se desenvolve em todos os indivíduos da mesma maneira.

Além da teoria de Gardner, existem outras duas teorias contemporâneas que envolvem a temática da inteligência: a Teoria Triárquica da Inteligência e a Teoria de Joseph Renzulli. A Teoria Triárquica da Inteligência foi criada por Robert Sternberg, utilizando, segundo Andriola (1998, p. 75), o Modelo Componencial da Inteligência para complementar as lacunas do Modelo Psicométrico: “Tal Modelo compreende a inteligência como sendo formada por um grupo de processos cognitivos organizados hierarquicamente e responsáveis pelo comportamento intelectual”.

De acordo com Virgolim (2019), essa teoria propõe três características da inteligência comuns em indivíduos superdotados ou talentosos: habilidade analítica — abrange um elevado raciocínio analítico, facilmente verificado em testes de inteligência tradicionais; habilidade sintética — verificada em indivíduos que, apesar de não apresentarem um QI elevado, se destacam pela criatividade, perspicácia e valorização do novo; habilidade prática: capacidade de solucionar, facilmente, as questões cotidianas em diversos setores. Observa-se ainda, a presença de mecanismos cognitivos que, segundo Andriola (1998, p. 77), citando Sternberg, são “[...] componentes do raciocínio, e necessários a resolução de um problema em forma de analogia.”; neste caso, destacam-se elementos como codificação, inferência, mapeamento, aplicação, justificção e resposta.

Com relação à aplicação da Teoria Triárquica da Inteligência na sala de aula, o referido autor aponta que tal abordagem estimula os estudantes a aprenderem a pensar, utilizando, ao máximo, seus mecanismos cognitivos.

A Teoria de Joseph Renzulli — Modelo de Enriquecimento Escolar — se subdivide em quatro partes, segundo Virgolim (2019): 1) teoria dos três anéis, que traz a ideia de quais aspectos observar para distinguir a alta habilidade/superdotação, através da interseção entre a habilidade acima da média, a criatividade e o envolvimento com a tarefa que, com *pool* de talentos, busca identificar quem são os sujeitos com tais capacidades no meio escolar; 2) modelo triádico de enriquecimento, que consiste em meios de complementar, diferenciar e enriquecer currículos, composto por três tipos de enriquecimento (prática em exploração geral, atividade de treinamento em grupo, investigações individuais e em pequenos grupos de problemas reais); 3) operação *houndstooth*, que apresenta maneiras que, para Virgolim (2019, p. 81),

[...] as pessoas com potencial superior podem influenciar nos avanços da sociedade por meio de uma liderança ética e calcada em valores morais, com o objetivo de se atingir um bem maior e mais igualitário na sociedade.

Promove-se, então, o capital social de sua nação; 4) funções executivas: que, segundo a autora supracitada (VIRGOLIM, 2019, p. 116), trabalham “[...] os fatores não cognitivos no currículo dos alunos, para fomentar aspectos como liderança, inteligência emocional e traços de personalidade”, visando desenvolver pessoas capazes de liderar em um mundo em constante transformação.

Assim, a proposta de Renzulli busca oportunizar o desenvolvimento e as realizações próprias de todo o corpo estudantil, formando cidadãos capazes, produtivos e criativos. Esta abrangente teoria para a identificação e o desenvolvimento de pessoas talentosas ou superdotadas foi empregada pelo Ministério da Educação, na execução dos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/Ss), em 2005, almejando, segundo Virgolim (2019), ampliar o conhecimento a respeito da superdotação no Brasil — através de uma teoria consolidada e de grande aceitação mundial.

### 3.2 O desenvolvimento do sujeito com altas habilidades/superdotação

Atualmente, as altas habilidades/superdotação são compreendidas como características de destaque provenientes de diversas áreas, podendo ou não estarem ligadas a um QI elevado, pois seria preciso estímulos constantes para que atinjam seu potencial máximo, com adequação ao perfil biopsicossocial do indivíduo.

Assim como longo do tempo diversas teorias foram desenvolvidas, Rangni e Da Costa (2011) argumentam que também foram criadas várias nomenclaturas referentes a alta habilidade/superdotação — bem-dotados, supernormais, superdotados —; porém, estes termos criavam uma visão estigmatizada desses indivíduos, que eram considerados heróis ou super gênios. Depois, ao se considerarem os talentos em áreas artísticas, empregou-se o termo altas habilidades; entretanto, muitos eram contrários a essa ideia pelo fato de haver pessoas talentosas fora do meio artístico.

A partir desse momento, os termos "altas habilidades" e/ou "superdotação" entraram em uso, fazendo referência aos talentos e/ou a inteligência acadêmica. Mesmo assim, os significados continuaram mudando; o termo recentemente aceito — altas habilidades/superdotação — abrange, segundo Rangni e Da Costa (2011, p. 470), seis segmentos: “[...] capacidade intelectual; aptidão acadêmica ou específica; pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes visuais, artes dramáticas e música; e capacidade psicomotora”.

Matos e Maciel (2016) indicam que em estudos passados envolvendo todos os tipos de inteligência, estimou-se que no território brasileiro cerca de 7,78% da população possuía altas habilidades/superdotação. No entanto, segundo Guimarães (2008, n.p.), “Estudos internacionais demonstram que o percentual de crianças superdotadas ou com altas habilidades varia de 10% a 15%”. A diferença entre essas porcentagens é atribuída à dificuldade de identificar, nas escolas brasileiras, tais alunos. Esse fenômeno ocorre por causa dos mitos acerca da genialidade, onde muitos acreditam que as altas habilidades/superdotação é um fenômeno raro, em que a pessoa possuiria grande conhecimento ou seria autodidata. Porém, essa perspectiva desconsidera os aspectos específicos desse fenômeno, além de ignorar o fato dessas pessoas necessitarem de orientação para seu desenvolvimento pleno; ou seja, os problemas decorrem, entre outros motivos, da falta de capacitação dos profissionais escolares, que enfrentam dificuldades para identificar esses alunos, seus potenciais e promover seu crescimento.

Entretanto, para melhor compreender as altas habilidades/superdotação e esclarecer os possíveis mitos sobre o assunto, é importante evidenciar alguns termos, diferentes dos já abordados. Virgolim (2019, p. 101), define “(...) três dos termos mais utilizados e que ainda causam confusão entre o público leigo: *precoce*, *prodígio* e *gênio*”, os compreendendo como:

- *Precoce*: refere-se a uma capacidade específica desenvolvida desde a infância, relacionada a algum campo da inteligência.
- *Prodígio*: trata-se de indivíduos que, mesmo estando ainda na infância, apresentam uma habilidade específica de grau superior, equiparada a de um adulto; refere-se, também, aos casos (p. 100), “[...] quando a criança tem um estilo muito disciplinado de motivação”.
- *Gênio*: termo atribuído somente a indivíduos que se destacaram de maneira significativa em alguma área do conhecimento, com resultados estabelecidos de forma duradoura — como, por exemplo, Einstein.

Portanto, um indivíduo não precisa possuir capacidades extraordinárias para ser considerado uma pessoa de altas habilidades/superdotação, bastariam os aspectos que se destacam em relação aos seus semelhantes. Por se tratar de um fenômeno não tão complexo como julgam alguns estudiosos, Virgolim (2019, p. 105) afirma que, “[...] muitos pesquisadores preferem o uso de termos alternativos, como *talento* ou *altas habilidades*”, para os mitos sobre o tema não sejam reforçados.

### 3.2.1 Aspectos biopsicossociais nas altas habilidades/superdotação e a identificação do sujeito

O fenômeno das altas habilidades/superdotação é marcado por multipotencialidades, que despontam em cada sujeito com aspectos e níveis diferentes, configurando, assim, a sua heterogeneidade; ou seja, tais fatores se aliam às especificidades de cada pessoa, englobando suas propriedades emocionais, cognitivas e sociais. Neto *et al.* (2005, n.p.) ressaltam algumas características comumente encontradas nesses indivíduos: “(...) são excelentes pensadores; aprendem rapidamente; apresentam uma alta fluência verbal; são sensíveis às questões sociais; perfeccionistas; demonstram muita curiosidade em relação às coisas que os cercam”.

Com relação ao comportamento, o MEC e a Secretaria de Educação Especial (2006) listam as características que podem se apresentar em alguns casos: dificuldade em lidar com rotinas, autoridades, regulamentos e regras; facilidade na resolução de questões pessoais; conduta inquieta e inadequada; elevado senso crítico e de humor, entre outras.

As habilidades a serem observadas podem ser divididas, de acordo com Tuttle Jr., Becker e Sousa (1988 apud BRANCO *et al.*, 2017), em: Habilidade intelectual geral — envolve sujeitos curiosos intelectualmente, observadores e questionadores, com capacidade de pensamento associativo e para abstração; Talento acadêmico — engloba os indivíduos com habilidades relativas ao excelente desempenho escolar, incluindo tarefas e testes acadêmicos; Habilidade de pensamento criativo e produtivo — relacionada ao ato de criar e produzir ideias originais, em que os indivíduos possuem uma ampla capacidade de percepção; Liderança — é a capacidade de liderar, considerando sujeitos que despontam como líderes acadêmicos ou sociais; Artes visuais e cênicas — englobam a capacidade de certos indivíduos para a dança, pintura, teatro, escultura, música, entre outros; e Habilidades psicomotoras — relacionadas à elevada capacidade motora e mecânica, favorecendo um desempenho atlético superior.

Assim, devido à heterogeneidade das habilidades, o processo de identificação no meio escolar pode se tornar custoso, especialmente se os profissionais não estiverem preparados. Portanto, o diagnóstico precoce é essencial para o desenvolvimento dos potenciais e a integração social desses alunos; nesse âmbito, o psicólogo possui papel fundamental no processo de confirmação. Branco *et al.* (2017, p. 23) apontam que no território brasileiro “(...) haja mais de 2,5 milhões de alunos com altas habilidades, matriculados nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, e somente de 3,5% a 5% são identificados”. Diante deste cenário, destaca-se a ideia da utilização de fontes múltiplas para a identificação:

[...] fontes múltiplas na identificação destes indivíduos, de forma a não privilegiar resultados em testes de inteligência. (...) por meio da observação sistemática do comportamento e do desempenho do aluno, sendo importante também conhecer a sua história de vida, familiar e escolar, bem como seus interesses, preferências e padrões

de comportamento social em variadas oportunidades e situações (NETO *et al.*, 2005, n.p.).

Neto *et al.* (2005) argumentam que é necessário pensar sobre o conhecimento de forma plural, estabelecendo a interdisciplinaridade com o intuito de promover um processo educacional que estimule, de modo global, a convivência social e a autoestima.

### 3.2.2 A escola e o desenvolvimento do sujeito com altas habilidades/superdotação

A escola é um ambiente essencial não apenas no processo de identificação dos alunos com potenciais, mas, também, para estimular seu desenvolvimento, visando elevar as suas capacidades. No Brasil, este fato é reconhecido desde 1929; Branco *et al.* (2017) argumentam que um importante momento se refere à chegada de Helena Antipoff a Minas Gerais com o intuito de lecionar. Posteriormente, Antipoff implementou ideias inovadoras que influenciaram as ações do Governo federal no contexto da Educação Especial; esta perspectiva de Educação Inclusiva conservou-se até os dias atuais.

A partir de 1967, o Ministério da Educação incentivou a identificação e atendimento às pessoas com altas habilidades. Com a Lei 5.692, estabelecida em 1971, a questão dos superdotados foi mencionada diretamente, ressaltando a necessidade de tratamento especial; a partir desse momento, as políticas para a área ganharam maior visibilidade.

Segundo Rangni e Da Costa (2011), essa abordagem fomentou, em 2002, a fundação do Conselho Brasileiro para Superdotação (CONBRASD) em Lavras, Minas Gerais. Esse conselho reuniu estudiosos, interessados e pesquisadores com o intuito de proteger os direitos dos indivíduos com altas habilidades e firmou uma parceria com o Ministério da Educação, objetivando disseminar conhecimentos acerca do tema.

Segundo Merlo (2008, p. 10), em 2005, o Governo federal buscou implantar o Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S) em todo Brasil, para proporcionar atendimento especializado à rede pública. Objetivou-se, então, “[...] estimular o potencial e a criatividade, bem como o senso crítico [...], com o uso de recursos didáticos e pedagógicos, através de profissionais competentes”, além de oferecer capacitação aos docentes, apoio aos familiares e à comunidade.

Assim, observa-se a necessidade de o professor de ensino regular possuir uma formação especializada, o que consta na Resolução CNE/CP nº1/2002, pois é preciso adaptar o currículo escolar e elaborar métodos inclusivos que atendam às necessidades dos alunos, como é previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Entretanto, mesmo com o amparo legal, os mitos e as dificuldades no processo de identificação desses alunos persistem, pois, muitos professores não estão preparados para promover esse tipo de ensino/aprendizagem. Percebe-se a ausência de uma ampla captação e a falta de conhecimento específico que essa temática exige; muitas vezes, o assunto é abordado de forma simplista e pontual nos cursos de formação desses profissionais, que se configura como uma formação complementar não obrigatória, mas de grande necessidade para esses casos.

Mesmo assim, os docentes podem agir para o benefício dos indivíduos com Altas Habilidades/Superdotação através de atividades curriculares, enriquecimento curricular e sala de recursos. Segundo Merlo (2008, p. 17), estas ações podem ser compreendidas como:

- Atividades curriculares: podem ser organizadas com o intuito de aprimorar o conhecimento, por meio de clubes de pesquisas ou esportes, monitorias, oficinas de artes, entre outros.
- Enriquecimento Curricular: tem por objetivo ampliar e aprofundar certos temas estudados pelo currículo regular: inclui projetos, viagens de estudo, competições, palestras, enfim, atividades que desenvolvam o pensamento crítico.
- Sala de recursos: inicialmente, as salas de recursos foram desenvolvidas para atender alunos com deficiências, mas essa alternativa também pode ser utilizada para alunos com Altas Habilidades/Superdotação. O objetivo seria propiciar ao aluno um espaço onde ele possa expor seus talentos de forma mais efetiva, sob a orientação de um professor.

O Ministério da Educação nomeia tais atividades da mesma maneira e destaca, ainda, uma quarta opção — o Ensino com Professor Itinerante — que consiste no:

[...] trabalho educativo desenvolvido por um professor especializado e/ou supervisor, individualmente ou em equipe, junto ao (s) professor (es) do Ensino Regular, orientando-os quanto aos procedimentos psicopedagógicos mais adequados (BRASIL, 2006, p. 92)

Oferta-se, além disso, um atendimento complementar aos alunos. No contexto do desenvolvimento e ampliação dos potenciais desses alunos, a escola pode adotar o Modelo de Enriquecimento Escolar proposto por Renzulli. Essa abordagem agrega três níveis de enriquecimento curricular: Tipo I, que envolve a prática de exploração em geral; Tipo II, abarcando atividades de treinamento em grupo; Tipo III, englobando investigações sobre problemas reais por meio de atividades individuais e em pequenos grupos.

Para ensinar alunos com essas características o docente precisa ter empatia, paciência, interesse, vontade e criatividade para lidar com as possíveis dificuldades. Ou seja, o profissional

deve considerar que as atividades abordadas em sala de aula irão colaborar para o desenvolvimento de todos os seus alunos, apesar das variações percentuais na apreensão dos conteúdos; tais atividades se justificam pois atuam como facilitadoras da aprendizagem.

Porém, para que ocorra o desenvolvimento de qualquer aluno, é essencial o elo com a família e a sociedade, além dos vínculos afetivos entre aluno, professor e o conteúdo — sem desconsiderar a influência da escola e do seu espaço físico.

#### **4 Considerações finais**

O fenômeno das altas habilidades/superdotação possui uma significativa dimensão histórica e profundidade teórica, apesar das polêmicas envolvendo a sua nomenclatura e mitos sobre o assunto. São evidentes tanto as dificuldades no processo de identificação desses indivíduos no Brasil quanto, também, o despreparo dos docentes e das escolas para desenvolver os potenciais dessas pessoas.

A pesquisa bibliográfica aponta que, mesmo com as ações governamentais na esfera da formação dos professores sobre o tema, é necessária uma melhor capacitação, que proporcione confiança aos profissionais.

Percebe-se as ações do Governo no sentido de adaptar as atividades curriculares e promover o enriquecimento e a utilização da sala de recursos, empregando o Modelo de Enriquecimento Escolar de Renzulli. Porém, esse tipo de instrução não enfatiza aplicações práticas, o que prejudica a adoção desta abordagem em muitas escolas.

Nesse contexto, é evidente a falta de conhecimento e informação, o que reforça as crenças errôneas de que alunos com altas habilidades/superdotação são autodidatas ou possuem vasto conhecimento; além disso, esses alunos são rotulados de super gênios ou comparados a super-heróis. Este cenário demonstra a necessidade de fomentar os conhecimentos sobre o fenômeno, tanto na escola quanto na sociedade. Neste sentido, o presente artigo objetivou contribuir com a discussão sobre o tema.

É necessário aceitar tanto a heterogeneidade das altas habilidades/superdotação quanto, também, as particularidades emocionais, cognitivas, biológicas, psicológicas e sociais de cada sujeito; deve-se considerar, além disso, a influência da afetividade, empatia, paciência e comprometimento da escola no desenvolvimento de seus alunos.

Todavia, instaura-se a necessidade de novas pesquisas, especialmente acerca do desenvolvimento desses alunos no cotidiano escolar, pois verificam-se poucos estudos nesse âmbito.

## Referências

ALMEIDA, Rodrigo da Silva; CRISPIM, Maria Sônia da Silva; SILVA, Dionísio Souza de; PEIXOTO, Sandra Patrícia Lamenha. A teoria das inteligências múltiplas de Howard Gardner e suas contribuições para a educação inclusiva: construindo uma educação para todos. **Revista Ciências Humanas e Sociais**, Alagoas, v. 4, n.2, p. 89-106, 2017.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Inteligência, aprendizagem e rendimento escolar segundo a Teoria Triárquica da Inteligência (TTI). **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, v. 20, n. 35, p. 75-80, 1998. Disponível em: <http://www.periodicosfaced.ufc.br/index.php/educacaoemdebate/article/view/228>. Acesso em: 08 jun. 2021.

BRANCO, Ana Paula Silva Cantarelli; TASSINARI, Ana Maria; CONTI, Lilian Maria Carminato; ALMEIDA, Maria Amélia. Breve histórico acerca das altas habilidades/superdotação: políticas e instrumentos para a identificação. **Revista Educação**, Batatais, 2017, v. 7, n. 2, p. 23-41. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/325386975\\_Breve\\_historico\\_acerca\\_das\\_altas\\_habilidades\\_superdotação\\_políticas\\_e\\_instrumentos\\_para\\_a\\_identificação](https://www.researchgate.net/publication/325386975_Breve_historico_acerca_das_altas_habilidades_superdotação_políticas_e_instrumentos_para_a_identificação). Acesso em 03/06/2021. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades/superdotação**. Brasília: MEC; Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/altashabilidades.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2021.

CASTRO, Fabiano dos Santos; LANDEIRA-FERNANDEZ, J. Alma, mente e cérebro na pré-história e nas primeiras civilizações humanas. **Revista Psicologia: reflexão e crítica**, v. 23, n. 1, p. 141-152, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/YD3jJrSVtHgcNjYrJCyScVJ/?lang=pt#>. Acesso em: 08 jul. 2021.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GUIMARÃES, Ana. Superdotação, um mito a ser quebrado. **Ministério da Educação**, [S.l.], 28 out. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/11472-sp-1382258960>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MATOS, Brenda Cavalcante; MACIEL, Carina Elisabeth. Políticas Educacionais do Brasil e Estados Unidos para o Atendimento de Alunos com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD). **Revista Bras. Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 2, p. 175-188, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbee/v22n2/1413-6538-rbee-22-02-0175.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2021.

MERLO, Sandra. **O aluno com altas habilidades/superdotação e sua inclusão na escola**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Especial) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008. Disponível em:

[https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2775/Merlo\\_Sandra.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2775/Merlo_Sandra.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 16 jun. 2021.

NETO, Francisco Rosa; BRAZ, André Luiz de Oliveira; POETA, Lisiane Schilling; OELKE, Simone Adriana. Perfil biopsicossocial de uma criança com indicadores de altas habilidades. **Efdeportes – Revista Digital**, Buenos Aires, ano 10, n. 82, 2005. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd82/psoc.htm>. Acesso em: 03 jun. 2021.

PRAÇA, Fabíola Silva Garcia. Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. **Revista Eletrônica Diálogos Acadêmicos**, ano 8, n. 1, p. 72-87, 2015. Disponível em: [http://www.uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170627112856.pdf](http://www.uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627112856.pdf). Acesso em: 21 jun. 2021.

PRIMI, Ricardo. Inteligência: avanços nos modelos teóricos e nos instrumentos de medida. **Pepsic, Avaliação Psicológica**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, 2003. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-04712003000100008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712003000100008). Acesso em: 31 maio 2021.

RANGNI, Rosimeire de Araújo; DA COSTA, Maria Piedade Resende. Altas habilidades/superdotação: entre termos e linguagens. **Revista Educação Especial**, v. 24, n. 41, p. 467-482, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/3056>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ROAZZI, Antônio; SOUZA, Bruno Campello de. Repensando a inteligência. **Revista Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 23, p. 31-55, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/BpmxTfgcLhgc8zRrbZ3CkDk/?lang=pt#>. Acesso em: 08 jul. 2021.

SCHEEFFER, Ruth. **Introdução aos testes psicológicos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1962. Disponível em: [http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11995/48\\_000052350.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11995/48_000052350.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 07 jun. 2021.

SOBRAL, Osvaldo José. Inteligência humana: concepções e possibilidades. **Revista Científica Facmais**, v. 3, n. 1, 2013.

VIRGOLIM, Ângela. **Altas habilidades/superdotação: um diálogo pedagógico urgente**. Curitiba: Intersaberes, 2019. Disponível em: <https://www.liberidigital.com.br/leitor/livro?isbn=9788559729535>. Acesso em: 18 fev. 2021.